

OBITUÁRIO

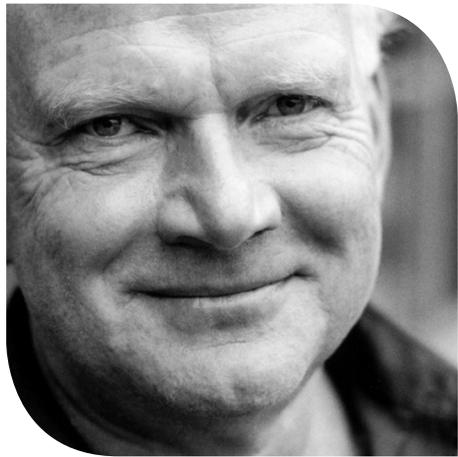
Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco por José Manuel Mendes

Análise Social, 214, I (1.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt





OBITUÁRIO

Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco

A teoria da sociedade do risco de Ulrich Beck (1944-2015) é das teorias sociológicas do século xx com mais impacto tanto nos campos das ciências sociais, das ciências jurídicas e das ciências da engenharia, como junto dos decisores políticos e do público em geral.

A publicação do livro de Ulrich Beck, *Risikogesellschaft*, em 1986, uns meses antes do acidente nuclear de Chernobyl, iria traçar o destino de uma das teorias sociológicas mais debatidas, e que originou toda uma linha teórica baseada na modernização reflexiva. O quase efeito premonitório do livro, que se confirmou pela realidade da explosão nuclear, dava força a uma visão eminentemente sociológica, baseada em fatores de mudança estrutural, assente no próprio conceito de sociedade e na força e na imanência dos fenómenos sociais. Isto porque a radicalidade da modernidade assenta na irrupção da imanência do social nos discursos, nas práticas e nas políticas, configurando a novidade do próprio conceito de sociedade (Karsenti, 2013).

O ponto de partida na teoria de Ulrich Beck (1992) é o da modernização reflexiva. Contrariamente a um evolucionismo utópico característico das diferentes teorias da modernização, Beck propõe um visão mais sombria, aquilo a que chamou de “vulcão da civilização”. Para Beck, as consequências do desenvolvimento científico e industrial são um conjunto de riscos que não podem ser contidos espacial ou temporalmente. Ninguém pode ser diretamente

responsabilizado pelos danos causados por esses riscos, e aqueles afetados não podem ser compensados, devido à dificuldade de cálculo desses danos. Além dos riscos ecológicos, assiste-se a uma precarização crescente e massiva das condições de existência, com uma individualização da desigualdade social e de incerteza quanto às condições de emprego, tornando-se a exposição aos riscos generalizada.

O risco é, para Beck, um estádio intermédio entre a segurança e a destruição, e a perceção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. No risco, o passado perde o seu poder de determinar o presente. É o futuro, algo que é construído, não existente, que constrói o presente, e os riscos são sempre locais e globais, assumindo uma dimensão transescalar.

Para Beck, os riscos, tal como a riqueza, são objeto de distribuições. Ambos estão na origem de posições sociais específicas, definidas como posições de risco e como posições de classe. A diferença é que nos riscos estamos perante a distribuição de “males”, não de bens materiais, de educação ou de propriedade. E aqui reside uma das teses mais controversas de Ulrich Beck. Beck argumenta, a partir da própria noção de que os riscos são transescalares, que a distribuição desses males, dos riscos, é transversal a todas as classes sociais.

Contudo, Ulrich Beck não sucumbe ao pessimismo, e propõe-nos uma radicalização da racionalização, uma radicalização baseada no papel do conhecimento científico. A modernização tem de ser reflexiva. E as sociedades só evoluem tornando-se reflexivas. Beck (1992, pp. 57-58) recusa a separação entre peritos e cientistas e as visões comuns, afirmando que a consciência dos riscos tem de ser analisada como uma luta entre afirmações concorrentes ou sobrepostas de racionalidade (o que chamou de ecologia política). As perceções dos cidadãos comuns quanto aos riscos não são irracionais ou puros problemas de informação, mas sim produtos de processos complexos que definem o que é aceitável, o que é digno, o que está de acordo com as suas maneiras de ser, pensar e agir, ou seja, com as suas identidades.

Os riscos estão dependentes do conhecimento científico, e as posições de risco são muito vezes invisíveis (por exemplo, quanto aos efeitos da radioatividade). Mas isto não é suficiente para definir os riscos concetualmente, dado que as afirmações sobre os perigos nunca são redutíveis à simples afirmação e descrição de factos. Nos riscos há sempre uma componente teórica e uma componente normativa (Beck, 1992, p. 26).

Posteriormente, Ulrich Beck (1999) argumentará a favor do aparecimento de uma segunda modernidade. A primeira modernidade baseava-se nas sociedades confinadas ao Estado-nação, onde as relações sociais, as redes e as comunidades assumiam um carácter eminentemente territorial. Os padrões coletivos de vida, a ideia de progresso e de controlo, o pleno emprego e a relação

com a natureza foram radicalmente afetados por cinco processos que caracterizam esta segunda modernidade: a globalização; a individualização; a revolução assente na diferença sexual; o desemprego; e os riscos globais (Beck, 1999, pp. 1-2).

Esta globalização dos riscos levará o autor a propor um cosmopolitismo metodológico, que vá para além dos limites dos dados, das análises e das conceptualizações de âmbito estritamente nacional. Na sua obra *World at Risk*, Beck (2008) apresenta uma reflexão teórica sustentada sobre os riscos globais, e sobre como as desigualdades globais assentam em vulnerabilidades locais. Os riscos globais trabalhados pelo autor são os riscos ambientais, os riscos ligados ao terrorismo e os riscos financeiros (Beck, 2008, p. 13).

Dois argumentos de Beck são de especial pertinência: a presença cada vez maior de estados de exceção relacionados com os riscos; e os limites dos seguros e da controlabilidade dos riscos. Quanto ao estado de exceção, conceito trabalhado por Giorgio Agamben (2010), Beck afirma que, devido ao impacto dos riscos globais, os Estados, mesmo no ocidente, estão mais autoritários mas são ineficientes quando se trata de lidar com as diferentes ameaças e perigos globais, constituindo-se como “Estados falhados fortes” (Beck, 2008, p. 79).

Este mesmo facto articula-se também com a questão dos seguros e com o grau de controlo dos riscos. Importante é o argumento, bem fundamentado por Beck (2008, p. 137), de que assistimos ao fim dos seguros privados e que, em última instância, é sempre o Estado o garante final do valor dos bens e das vidas das pessoas. O Estado assume, assim, um papel central num tempo em que os riscos são, na sua maioria, de cariz global.

Em dois textos recentes, as teses de Ulrich Beck ficam mais claras, assim como os seus pressupostos (Beck *et al.*, 2013; Beck e Levy, 2013). Uma sociologia cosmopolita resulta de uma reimaginação do conceito de nação, em confronto com fenómenos como as normas globais, como, por exemplo, os direitos humanos, os mercados globalizados, as migrações transnacionais e o peso crescente das organizações internacionais (Beck e Levy, 2013, p. 6). Assiste-se a uma reafirmação das sociedades de risco, dada a preocupação crescente destas com o debate, a prevenção e a gestão dos riscos, a que nenhum Estado pode escapar. Não podendo os riscos globais ser previstos ou calculados, esse facto reforça, quase paradoxalmente, o peso do conhecimento e da inventariação do futuro nas sociedades contemporâneas. É esta opção temporal pelo futuro que torna a sociologia uma ciência cosmopolita, com capacidade para pensar e discutir as coletividades de risco cosmopolitas (Beck e Levy, 2013, pp. 15-16).

No outro texto referido atrás (Beck *et al.*, 2013), é proposta uma agenda de investigação para a questão dos riscos climáticos e para a criação do que Beck e os seus coautores chamam de “comunidades cosmopolitas” associadas ao risco

climático. A pergunta central é a de saber onde estas comunidades cosmopolitas do risco climático estão a ser imaginadas e concretizadas (Beck *et al.*, 2013, p. 3). Estas “comunidades de risco” devem ser trabalhadas, sugere Ulrich Beck, como “comunidades imaginadas”, no sentido proposto originalmente por Benedict Anderson (2012). A ilustração dessa agenda de investigação é feita a partir de estudos empíricos do urbanismo verde, das inovações sobre as baixas emissões de carbono e do ambientalismo de base.

Muitas críticas foram avançadas à teoria da sociedade do risco.¹ Uma análise brilhante sobre os riscos sociais e uma crítica à democratização dos riscos de Ulrich Beck foi proposta recentemente por Dean Curran (2013). Curran argumenta, basicamente, que na crescente produção e distribuição de “males” (*bads*), as desigualdades de recursos económicos ganharam uma importância acrescida, pois são as diferenças em recursos económicos que permitem aos que estão em vantagem minimizarem a sua exposição aos riscos. Essas diferenças impõem aos desfavorecidos a necessidade de se confrontarem com os riscos criados pela sociedade do risco (Curran, 2013, p. 44).

Partindo de uma crítica a Ulrich Beck inspirada na teoria da governamentalidade, Pat O’Malley (2008, 2009) argumenta que as mentalidades governamentais são práticas ligadas a tecnologias específicas, onde o risco passa a ser visto como uma tecnologia específica de governo.

O que é rejeitada é a adoção por Ulrich Beck de uma grande narrativa, quase evolutiva, de uma primeira modernidade para a sociedade do risco e para a modernização reflexiva. Por outro lado, para O’Malley (2009, p. 26), Beck não tem em conta como os governos neoliberais da atualidade têm sido ambivalentes quanto ao risco na esfera económica, tornando a incerteza uma nova categoria de governação. Este imaginário neoliberal de incerteza implica a mobilização de técnicas específicas de flexibilidade e de adaptabilidade (O’Malley, 2009, p. 26).

A importância da obra de Ulrich Beck não conseguiu captar o interesse e a atenção dos editores e dos diretores de coleção no mercado editorial português, estando somente publicada de sua autoria um livro de reflexão política imediata (Beck, 2013). Este facto tem obviado à fixação em Portugal de um vocabulário científico e analítico específico da sociologia na abordagem dos temas do risco, da incerteza e das vulnerabilidades sociais.

José Manuel Mendes

1 Para uma crítica numa perspetiva institucional, v. Rothstein (2006). Para uma crítica, mas com uma reapreciação dos argumentos de Beck, v. Aven (2012). Para os limites da teoria de Beck à luz do estudo de um caso português, v. Granjo (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. (2010), *Estado de Excepção*, Lisboa, Edições 70.
- ANDERSON, B. (2012), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.
- AVEN, T. (2012), "On the critique of Beck's view on risk and risk analysis". *Safety Science*, 50, pp. 1043-1048.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BECK, U. (1999), *World Risk Society*, Londres, Sage.
- BECK, U. (2008), *World at Risk*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, U. (2013), *A Europa de Maquiavel a "Merkievel": Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa, Edições 70.
- BECK, U., *et al.* (2013), "Cosmopolitan communities of climate risk: conceptual and empirical suggestions for a new research agenda". *Global Networks*, 13 (1), pp. 1-21.
- BECK, U., LEVY, D. (2013), "Cosmopolitanized nations: re-imagining collectivity in world risk society". *Theory, Culture & Society*, 30 (2), pp. 3-31.
- CURRAN, D. (2013), "Risk society and the distribution of bads: theorizing class in the risk society". *The British Journal of Sociology*, 64 (1), pp. 44-62.
- GRANJO, P. (2006), "Quando o conceito de 'risco' se torna perigoso". *Análise Social*, 181, XLI (4º), pp. 1167-1179.
- KARSENTI, B. (2013), *D'une philosophie à l'autre. Les sciences sociales et la politique des modernes*, Paris, Gallimard.
- O'MALLEY, P. (2009), "'Uncertainty makes us free'. Liberalism, risk and individual security". *Behe-moth. A Journal on Civilisation*, 3, pp. 24-38.
- O'MALLEY, P. (2008), "Governmentality and risk?". In J. Zinn (ed.), *Social Theories of Risk and Uncertainty: an Introduction*, Malden, MA, Blackwell Publishing, pp. 52-75.
- ROTHSTEIN, H. (2006), "The institutional origins of risk: a new agenda for risk research". *Health, Risk & Society*, 8 (3), pp. 215-221.

MENDES, J.M. (2015), *Obituário* "Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco". *Análise Social*, 214, L (1.º), pp. 211-215.

José Manuel Mendes » jomendes@fe.uc.pt » Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra » Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087 — 3000-995 Coimbra, Portugal.
